



A LÓGICA DA MESTÁSTASE

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

CASTRO, Flávio José Rodrigues de

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; NPGAU/UFMG
fjrcastro@gmail.com

RESUMO

Este ensaio defende a existência de uma distinção ontológica entre o processo de urbanização metropolitana e o processo não metropolitano. Confronta a ideia de que o impulso do processo de urbanização multiescalar provém sempre da metrópole, à semelhança da perturbação em círculos concêntricos do efeito pedra-na-água, que se propaga do centro a periferia. Nega também a endogenia que essa perturbação pressupõe; ou seja, o entendimento tácito de que a urbanização se origina, se desenvolve e se reproduz sempre a partir da intensificação e espraiamento do tecido urbano, da hegemonia da economia urbana, algo como dizer que cidade produz cidade, por ela mesma, como colônias de fungos e bactérias. Utiliza a metáfora do rizoma para ilustrar essa distinção e sugerir um novo modo de narrar a história urbana e reinterpretar o processo de formação dos territórios não metropolitanos. Por fim, apropria-se da metáfora da metástase para ilustrar como a metropolização incide sobre a rede de cidades médias e pequenas, desfigurando-a de forma violenta, o que aponta para a urgência de mudanças na práxis social e política, urbana e regional.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização; região não metropolitana, rizoma; metástase; sertão central de Minas

ABSTRACT

This essay argues for the existence of an ontological distinction between the metropolitan urbanization process and the non-metropolitan process. It confronts the idea that the impulse for the multi-scale urbanization process always comes from the metropolis, like the disturbance in concentric circles of the stone-in-water effect, which spreads from the center to the periphery. It also denies the endogeneity that this disturbance implies; that is, the tacit understanding that urbanization originates, develops and always reproduces itself from the intensification and spread of the urban tissue and the hegemony of the urban economy, something like saying that the city produces cities, by itself, as colonies of fungi and bacteria. It uses the metaphor of the rhizome to illustrate this distinction and suggest a new way of narrating urban history and reinterpreting the process of formation of non-metropolitan territories. Finally, it uses the metaphor of metastasis to illustrate how metropolization affects the network of medium and small cities, disfiguring it in a violent way, which points to the urgency of changes in social and political, urban and regional praxis.

KEY-WORDS: *urbanization; non-metropolitan region; rhizome; metastasis; sertão central de Minas.*

RESUMEN

Este ensayo defiende la existencia de una distinción ontológica entre el proceso de urbanización metropolitana y el proceso no metropolitano. Se enfrenta a la idea de que el impulso del proceso de urbanización a múltiples escalas siempre proviene de la metrópoli, similar a la perturbación en círculos concéntricos del efecto piedra-en-agua, que se extiende desde el centro a la periferia. Niega también la endogenia que presupone esta perturbación; es decir, la comprensión tácita de que la urbanización se origina, se desarrolla y se reproduce siempre a partir de la intensificación y expansión del tejido urbano, de la hegemonía de la economía urbana, algo así como decir que la ciudad produce ciudades, por sí misma, como colonias de hongos y bacteria. Utiliza la metáfora del rizoma para ilustrar esta distinción y sugerir una nueva forma de narrar la historia urbana y reinterpretar el proceso de formación de territorios no metropolitanos. Finalmente, utiliza la metáfora de la metástasis para ilustrar cómo la metropolización afecta la red de ciudades medianas y pequeñas, desfigurándola de manera violenta, lo que apunta a la urgencia de cambios en la praxis social y política, urbana y regional.

PALABRAS CLAVE: *urbanización; región no metropolitana, rizoma; metástasis; sertão central de Minas.*

*Um espírito malicioso definiu a América como uma terra que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização. Poder-se-ia, com mais acerto, aplicar a fórmula às cidades do Novo Mundo: **elas vão do viço à decrepitude sem parar na idade avançada.** (...) Para as cidades europeias, a passagem dos séculos constitui uma promoção; para as americanas, a dos anos é uma decadência. Pois não são apenas construídas recentemente, são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal. ¹*
[grifo meu]

¹ LÉVI-STRAUSS [1955], 1996. pp.102-103.

I

A contabilidade e a burocracia procedem por decalques: elas podem, no entanto, começar a brotar, a lançar hastes de rizomas, como num romance de Kafka.²

Como argumento fundante deste ensaio, defendo que há uma distinção ontológica entre a produção dos espaços urbanos metropolitanos e não metropolitanos. Entendo que admitir a perspectiva lefebvriana de uma *sociedade urbana* não implica considerar o processo de urbanização como linear e uniforme; ou seja, de que, em qualquer território, em suas múltiplas escalas, ele advém de um único impulso gerador; tampouco adotar a ideia de que esse impulso provém sempre da metrópole, à semelhança da perturbação em círculos concêntricos do *efeito pedra-na-água*, que se propaga do centro à periferia. Nem aceitar a endogenia que essa perturbação pressupõe: o entendimento tácito de que a urbanização se origina e se desenvolve sempre a partir do tecido interno da cidade, da intensificação e espraiamento da hegemonia da economia urbana, algo como dizer que, por ela mesma, cidade produz cidade, como colônias de fungos e bactérias. Se essas narrativas podem ser apropriadas a contextos metropolitanos e perimetropolitanos, elas perdem sentido com o alargamento do horizonte e o avanço sobre paisagens não metropolitanas.

Em reflexões sobre a relação entre o sujeito, o objeto e o conhecimento, Gilles Deleuze e Félix Guattari³ lançam mão do fenômeno do rizoma e atribuem múltiplos significados à sua natureza biológica, segundo princípios de conectividade, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura assignificante, cartografia e decalcomania. François Archer⁴ e David Shane⁵ apropriam-se dessa metáfora com sentido urbano, explorando seu caráter anárquico e imprevisível, o primeiro; e flexível e adaptável, o segundo. Com outra abordagem, também urbana, utilizo essa evocação metafórica para ilustrar a distinção entre o processo de

² DELEUZE; GUATTARI, 2011. p.33.

³ Ibidem.

⁴ ASCHER, 1995.

⁵ SHANE, 2007.

urbanização com centralidade metropolitana e aquele outro que conforma redes urbanas estruturadas em torno de cidades médias⁶.

Quando dizem dos princípios da cartografia e da decalcomania, Deleuze e Guattari afirmam que o rizoma é cartográfico, é *mapa*; o que o difere ontologicamente da árvore com raiz pivotante que é *decalque*. Um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural; ele é performance. O decalque é reproduzível ao infinito, ele é competência, é um sistema central hierarquizado.⁷ Nesse enquadramento, é possível associar a metrópole a uma árvore, a um sistema estruturado e hierarquizado: ela é, portanto, decalque. Em oposição, associar a região não metropolitana ao rizoma: ela não tem características uniformes; é adaptativa, expressa diversidades regionais e é moldada pela atualidade cultural. Ela é mapa.

As metrópoles classificam-se verticalmente por diferentes portes e por características imanentes. Particularidades localizacionais ou funcionais não são determinantes frente a aspectos estruturais. Tomem-se os discursos categóricos de Edward Soja⁸ a propósito da pós-metrópole: a metrópole industrial pós-fordista, a cosmópolis, a exópolis, a cidade fractal, o arquipélago carcerário e a *SimCity*; todos eles descrevem características do fenômeno metropolitano em sua essência, independentemente do lugar de sua radicação. Ou seja, o fenômeno metropolitano pode ser conhecido por suas conformações resultantes, numa perspectiva universal: os discursos de Soja, *mutatis mudantis*, dizem tanto de Los Angeles quanto de São Paulo ou Belo Horizonte, sem perderem o nexos com a realidade objetiva.

As regiões não metropolitanas, ao contrário, classificam-se segundo fatores extrínsecos. Aspectos localizacionais e funcionalidades conjunturais decorrentes de uma adaptação socioeconômica ao ambiente determinam a tipologia dessas regiões e de suas cidades. Se na região metropolitana o campo lhe é externo e tem baixo potencial de produzir interações com

⁶ Entendo o conceito de cidade média “como a expressão urbana, numa escala de urbanização *desigual*, em nível imediatamente inferior ao metropolitano, do processo histórico de expansão capitalista industrial, que determina uma divisão territorial do trabalho também *desigual*, no âmbito de determinada formação socioespacial” (CASTRO, 2020, p.290)

⁷ DELEUZE; GUATTARI. Op.cit, pp.29/31

⁸ SOJA [2000], 2008.

a sua verticalidade; na região não metropolitana o campo é próprio à sua horizontalidade, determinando uma relação compulsória de transformações por reciprocidade.

Não sem razão, tipificações de cidades médias baseiam-se sempre em critérios localizacionais, como situadas em regiões metropolitanas, eixos de transportes ou fronteiras agrícolas; em vinculações regionais, como centros administrativos, capitais de estados; ou ainda segundo a função econômica que desempenham, como canal de comunicação ou centro de serviços⁹. Ou seja, a tipologia dos centros não metropolitanos não expressa atributos urbanos próprios e generalizáveis, mas atributos tomados de empréstimo da tipologia regional. Em outras palavras, é de se observar que essa tipologia se vale menos de conformações resultantes, como no caso da metrópole, e mais do processo formativo, não em sua universalidade, mas em sua particularidade.

Essa distinção metafórica entre a árvore e o rizoma traz à memória a diferenciação colonial entre o *engenho*, enquanto unidade autônoma que se impunha ao meio geográfico, preservando sua identidade, estivesse ele no sul, no centro ou no norte da colônia, e a *fazenda pastoril*, que se desdobrava em múltiplas feições, em função de sua maior suscetibilidade às alterações mesológicas¹⁰. Analogicamente, então, é de se dizer que região metropolitana é engenho e região não metropolitana é fazenda pastoril.

⁹ Sobre tipologias de cidades médias, ver OLIVEIRA; SOARES, 2014. p.130.

¹⁰ GUIMARÃES, 1968.

II

Dali [da serra do Espinhaço] [...] volvem águas remansadas para o poente os [rios] que se destinam à bacia de captação do São Francisco, em cujo vale, depois de percorridas ao sul as interessantes formações calcárias do rio das Velhas, salpintadas de lagos, solapadas de sumidouros e ribeirões subterrâneos, onde se abrem as cavernas do homem pré-histórico de Lund, se acentuam outras transições na textura superficial do solo. [...]

Novo horizonte geológico reponta com um traço original e interessante. Mal estudado embora, caracteriza-o notável significação orográfica porque as cordilheiras dominantes do Sul ali se extinguem, soterradas, numa inumação estupenda, pelos possantes estratos mais recentes, que as circundam. A terra, porém, permanece elevada, alongando-se em planuras amplas, ou avultando em falsas montanhas, de denudação, descendo em aclives fortes, mas tendo os dorsos alargados em plainos inscritos no horizonte de nível, apenas apontoado a leste pelos vértices dos albardões distantes, que perlongam a costa.

*Verifica-se assim a tendência para um aplainamento geral. Porque nesse coincidir das terras altas do interior e a depressão das formações arqueanas, **a região montanhosa de Minas se vai prendendo, sem ressaltos, à extensa zona dos tabuleiros do Norte.***¹¹,
[grifo meu]

Pesquisa desenvolvida sobre a formação socioespacial¹² do SERTÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS traz evidências sólidas da distinção entre esses dois processos de urbanização, metropolitano e não metropolitano. Eu nomeio como *sertão central* o sertão imediatamente ao norte da região das *minas*, o início dos *gerais*, a porteira do cerrado, a boca-de-sertão, a partir das “*interessantes formações calcárias do rio das Velhas*”, antes que se alcance o rio São Francisco,

¹¹ CUNHA [1902], 2016. pp. 19–20.

¹² O conceito utilizado de *formação socioespacial* é tomado da obra de Milton Santos como a espacialização do conceito marxiano de *formação econômica do sociedade*. Ver: SANTOS, 1979.

os sertões de Paracatu e de Montes Claros e, dali para cima, os nordestinos. Sertões tantos que, embora não tenham os mesmos caracteres extremos, por exemplo, quanto ao regime de seca, compartilham vegetação e topografia semelhantes e são identificados por iguais “gêneros de vida humana”.¹³

O sertão central não é uma região administrativa, com contornos rígidos pré-definidos; é um território delimitado *post factum*, resultante do processo social ocorrente, ou seja, é o território que espacializa, ou *regionaliza*, um processo social historicamente determinado.¹⁴ No escopo da pesquisa realizada, em razão de sua proximidade com a região metropolitana de Belo Horizonte, é um campo de análises particularíssimo para certificação e mensuração das hipóteses de permeabilidade ou impermeabilidade, capacidade de sujeição ou insubmissão à contaminação da metrópole.

A perspectiva metodológica histórico-crítica adotada descortina uma região colonizada simultaneamente à ocupação da região aurífera, no final do século XVII, que herda a tradição sertaneja de criação de gado, carreado pelos currais que sobem o São Francisco ou trazido pelos bandeirantes paulistas, para abastecimento da região mineradora e, após a decadência do ouro, da província. Às sesmarias pastoris entremeiam, nas regiões de melhor terra, as fazendas multiprodutivas mineiras e, nas áreas devolutas, uma multiplicidade de posses¹⁵ de pequenos agricultores pobres.

Ainda que alguns povoados tenham surgido no sertão central no século XVIII, o primeiro impulso urbanizador expressivo ocorre na segunda metade do oitocentos, com deslocamento de riqueza do campo – proveniente de atividades rurais e de atividades mercantis a elas vinculadas – para os povoados e as cidades da região, em busca de novas oportunidades de negócios. Incide aí a tese de que esse fluxo urbanizador tem como um dos fatores

¹³ PRADO JUNIOR [1942], 2011, p.207.

¹⁴ CORAGGIO, 1979.

¹⁵ Roberto Martins faz menção a cerca de 45% do território provincial ocupado por posses, em 1845, e que o presidente reclamava, em 1870, da emigração da população laboriosa para os sertões da própria província e para os de Goiás e Mato Grosso (MARTINS, 2018. p.318).

determinantes a interdição do tráfico de escravos¹⁶, em 1850, um dos investimentos mais rentáveis, desde a colônia: “fechado esse caminho natural, restava aos capitais então disponíveis a descoberta de novas aplicações, que só se poderiam encontrar no quadro das atividades urbanas”.¹⁷

Essa riqueza converte-se em capital industrial – ainda nas últimas décadas do século XIX, com fábricas têxteis periurbanas¹⁸ e, nas primeiras do século seguinte, com indústrias de beneficiamento de produtos rurais, distribuídas em várias cidades, sobretudo Sete Lagoas e Curvelo – e, simultaneamente, em capital financeiro, com a criação de um banco agrícola regional.

Também nessa virada de séculos, a Rede Ferroviária, ao cortar o sertão, na perspectiva da integração nacional, introduz um elemento disruptivo imprescindível ao nascente ciclo industrial: ela insere a região e especialmente Sete Lagoas – onde foi instalado o seu complexo de oficinas de manutenção – no tempo da mecânica ou, nas palavras de Milton Santos, no *meio técnico*.¹⁹

Esses primeiros traços de uma ordem econômica emergente rascunham um processo inaugural de criação das *condições gerais da produção capitalista regional* e um processo de *redivisão regional do trabalho*, que passa a configurar a formação socioespacial do sertão central de Minas, em meados do século XX.

Nessa formação, a fazenda pastoril permanece como principal forma de organização do trabalho; agora, com a introdução das primeiras técnicas de melhoria de pastos e rebanhos, tendendo a maior produtividade e capacidade de acumulação. No entanto, as relações sociais de produção permanecem arcaicas: a elite agrária, latifundiária ou não, desconhece o

¹⁶ Lei nº 581, de 04/09/1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós.

¹⁷ SODRÉ, 1957.

¹⁸ A indústria têxtil surge na região, usando termos marxianos, como *grande indústria*, com maquinário importado, antecedendo a *indústria de caráter manufatureiro*, que aparece, anos depois, no contexto urbano.

¹⁹ Santos fala da emergência do espaço mecanizado, não ainda no campo, mas na cidade, em que os objetos não eram mais apenas culturais, mas culturais e técnicos, conformando o que ele denomina de *meio técnico*. (SANTOS, 2017. pp.236/239)

assalariamento, relativiza os direitos trabalhistas e preserva as heranças escravistas, na forma de um servilismo naturalizado. O modo de produção baseado na posse de pequenas propriedades rurais com produção agropecuária familiar de sobrevivência, entremeia essa realidade, marginalmente. Sem acesso a mercados, essa população, ao longo de décadas, desenvolve uma cultura de técnicas produtivas particulares e adaptadas às condições de clima e solo de cerrado. Adicionalmente, uma multidão de lavradores pobres e desassistidos sobrevive de escambos e trabalhos temporários. Aos “vadios”²⁰ do tempo de Couty²¹ somam-se as pessoas alforriadas da escravidão, aprofundando no sertão o traço geral de um país em que a desigualdade social não é conjuntural, mas estrutural e resiliente.

Contrastando com o que se passa no campo, nas cidades em crescimento, tanto na atividade mercantil original quanto na nascente atividade industrial, as relações sociais de produção ganham características capitalistas, marcadas pela formação incipiente do proletariado urbano, pelo assalariamento como regra e por novas formas de apropriação de sobretrabalho.

Por não ser um sertão remoto, entregue a um desígnio absolutamente rural, como os nordestinos, e por não ter a tradição urbana das *minas*, ao sul; por ser um sertão de passagem, o sertão central vê aprofundar em si, nessa metade de século, a tensão entre essas duas realidades: a resiliência da ruralidade e o crescimento da urbanidade. A nova organização espacial espelha internamente esse contraste, definindo uma divisão regional do trabalho desigual, marcada pela concentração das suas condições de produção urbano-industrial em pouquíssimas aglomerações, ao passo que preserva, em seu interior, em seus próprios *sertões*, uma rarefação urbana, uma rígida tradição rural e um imutável padrão de pobreza do trabalhador do campo, similar ao que se vê nos sertões da Bahia, como observado por Teodoro Sampaio²².

²⁰ A qualificação de vadios, ociosos, malandros etc. é recorrente na literatura para se referir à população pobre, no século XIX, como nas obras de brasilianistas como Auguste Saint-Hilaire e Wilhelm von Eschwege.

²¹ Ao referir-se ao número de “destituídos de recursos materiais”, Prado Junior informa que: “cresce contínua e ininterruptamente porque as causas que provocam seu aparecimento são permanentes. No tempo de Couty, este o calcula, numa população total de 12 milhões, em nada menos que a metade, 6 milhões” (PRADO JUNIOR, Op.cit. pp.298-299).

²² SAMPAIO, 2002.

III

*Nos últimos trinta anos, uma descoberta tecnológica abriu novas perspectivas de vida econômica para os cerrados. Verificou-se que aquelas imensidades de planícies ofereciam condições perfeitas para o cultivo de soja ou do trigo, à condição que fosse corrigida a sua acidez. Assim é que os cerrados estão sendo invadidos por grupos de fazendeiros sulinos, à frente de imensa maquinaria, para o cultivo de cereais de exportação. Alguns poucos sertanejos estão aprendendo a ser tratoristas ou trabalhadores especializados das grandes plantações. **Para a massa humana do sertão é que essa riqueza nova não oferece esperança alguma.**²³ [grifo meu]*

O monitoramento do *efeito direto* da metropolização gerado pelo crescimento da nova capital do Estado²⁴, ao longo de todo o novecentos, considerando como indicador a variação percentual das populações totais e urbanas municipais, mostra que ele não rompeu os limites da própria região metropolitana.

Sem evidências de que tenha sido contaminada pela metrópole, a dinâmica populacional do sertão central, naquele século, põe em questão definições clássicas de área de influência metropolitana dadas, por exemplo, com base em círculos com raios matematicamente calculados conforme a magnitude da metrópole e indica a interveniência de um conjunto mais complexo de fatores sociais, econômicos e ambientais.

Ainda que se reconheça a ocorrência de impactos *indiretos* da metropolização, em termos de difusão imaterial da ordem urbana; ainda que se observem alterações pontuais provocadas por fatores externos, como a abertura da BR-040, rasgando o sertão em direção a Brasília; o que a pesquisa revela é que a intensificação da urbanização do sertão central, na segunda metade do século xx, tem outra origem: a expansão acelerada de três economias, integradas e sincrônicas: a do carvão, a do agronegócio e a da siderurgia do ferro-gusa.

²³ RIBEIRO, 1995.

²⁴ A nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, foi fundada no entardecer do século xix, em 1897.

O caráter urbano das usinas de gusa, que se concentram em Sete Lagoas, a partir dos anos 1960, atribui-lhes uma visibilidade que induz a interpretação equivocada: a de que se trata de uma atividade local, restrita ao município, isoladamente responsável por multiplicar por cinco as populações total e urbana de Sete Lagoas e por três o seu nível de concentração demográfica regional, em quatro décadas. A melhor compreensão da realidade obriga a que se descortine a sua vertente rural: a economia regional do carvão e a do agronegócio.

A origem próxima da siderurgia de gusa está no Oeste de Minas. A sua migração para Sete Lagoas não se explica por uma vantagem localizacional em relação aos pontos consumidores interno e externo e aos de oferta de minério de ferro; cujas distâncias são equivalentes. A razão central foi tão somente a vantagem logística na aquisição do carvão vegetal, matéria prima fundamental na produção guseira.²⁵

A carvoaria é anterior às usinas de ferro-gusa na região. Então, o sertão central já fornece carvão proveniente de material lenhoso de mata nativa de cerrado para usinas na região metalúrgica do Estado. Trata-se de um mercado estruturado sob a forma de um oligopsônio: ofertado por uma miríade de carvoeiros territorialmente dispersos – muitos deles pobres e posseiros de pequenas propriedades, que tem nas suas matas uma reserva de valor – para um número restrito de compradores. Do ponto de vista de custo e racionalidade operacional, situar-se no próprio território do carvão e estabelecer-se como um ponto de convergência de uma oferta difusa é o diferencial de Sete Lagoas.

A progressiva devastação do cerrado, subindo do sertão central ao da Bahia, atualiza no tempo uma visão ideológica de sertão²⁶: o sertão como *terra de ninguém*, à mercê do projeto de colonização do poder hegemônico; o sertão reduzido a *fronteira econômica*, expropriado de qualquer sentido humano e não reconhecido como espaço socialmente vivido e produzido.

²⁵ Na produção do ferro-gusa, o carvão não atua apenas como fonte de energia, mas também como agente químico, elemento físico estabilizador e fonte de carbono.

²⁶ MORAES, 2005. 158p.

Contemporaneamente a esse processo, o desenvolvimento da pesquisa científica agropecuária e os programas de desenvolvimento regional – projetos modernizantes tutelados pelo Estado brasileiro – inauguram perspectivas insondáveis para a produção agrícola nas terras de cerrado, com base na correção de solos. E mais: uma produção mecanizável – como não são as das regiões agrícolas tradicionais mineiras – em razão da topografia favorável da *“extensa zona dos tabuleiros do Norte”*.

A apropriação dessa vantagem tecnológica pelo agronegócio instaura um modelo produtivo excludente, baseado no consórcio de capitais agrários e urbanos, industriais e financeiros, inicialmente da própria região e, depois, extrarregional, direcionado à especialização e oligopolização produtiva do campo. Desde o início, esse modelo gera um conjunto de externalidades negativas graves. Do ponto de vista ambiental, interdita a rebrota da mata, ao final do carvoejamento, e generaliza a destoca, destruindo o bioma do cerrado; do ponto de vista fundiário, retoma a concentração de terras e a reconstituição de latifúndios; culturalmente, modifica a paisagem do sertão com o plantio descontrolado de culturas homogêneas; e socialmente, proletariza o campo, compacta o espaço de trabalho, bloqueia os modos produtivos tradicionais e desocupa e desterritorializa uma multidão de camponeses.

A explosão populacional de Sete Lagoas não decorre de efeitos de metropolização, mas do efeito direto dessa tríplice economia: dos anos 1960 aos anos 2000, o gusa metaboliza carvão nos seus fornos urbanos; o carvão desmata o cerrado; o agronegócio ocupa as terras desmatadas; a população regional total duplica; a população urbana quadruplica e a população rural cai à metade. Esse processo nada tem de errático; ele consiste numa reorganização territorial da força de trabalho, em obediência a ordens tácitas do novo capital atuante na região, voltadas exclusivamente à sua reprodução e acumulação, de forma interagente, no campo e na cidade.

Ao final do século xx, esse processo colonialista dá novos contornos à formação socioespacial regional, com protagonismo da sua rede urbana e com aprofundamento do padrão de desigualdades socioespaciais. Essa desigualdade expressa-se na hiper concentração das

condições gerais de produção, inclusive da força de trabalho, exclusivamente na cidade média, ao preço da ruralização do restante da sertão.

Do ponto de vista econômico, há uma ruptura com o equilíbrio anterior, que permitiu a eclosão da economia do ferro-gusa, do carvão e do agronegócio, e o esboço de um novo equilíbrio interessado, agora, em tornar a região competitiva frente ao mercado global contemporâneo. A concentração demográfica e econômica em Sete Lagoas representa uma condição objetiva para, paradoxalmente, prescindir da própria forma de organização da produção carvoeira e guseira. O arcaísmo das relações sociais e da organização dessa produção, nos anos 1960, que atendia à exigência para acesso dos capitais locais e regionais, quarenta anos depois, já não é mais atrativo aos novos capitais em circulação, os capitais transnacionais.

IV

*E eu: mirem-se no exemplo americano, mirem-se, sobretudo, no nosso exemplo, nossa fratura, que vem da colônia. E vocês vão perceber que essa fratura é constitutiva, que ela faz parte do DNA do capitalismo. O capitalismo, quando ele começa como um sistema, ele precisa de uma periferia; sem centro, sem metrópoles, sem colônias, sem periferia, ele não vive. Quando ele chega ao seu fim, prestes a explodir, é quando elas se tornam indiscerníveis; portanto, há uma periferização do centro e **a periferia está cada vez mais parecida com o centro.**²⁷, [grifo meu]*

“Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?”: indaga Riobaldo, em *Grande sertão: veredas*.²⁸ É de se responder: sim, a cidade coloniza, urbaniza e corrói o sertão. Ainda que a relação urbanidade-ruralidade persista, arraigada e profunda, “aqui e ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o ‘tecido urbano’”.²⁹ Esse é o papel que cabe a Sete Lagoas na marcha em direção à modernidade: corroer e conflitar o sertão. Na virada do século xx para o xxi, ela já reúne atributos de aglomeração não metropolitana e passa a integrar o rol de cidades médias de interesse das grandes corporações globais³⁰, na busca de preservar as suas plantas industriais das deseconomias aglomerativas metropolitanas:

Era plural o interesse por essa alternativa espacial de crescimento, valorizando as cidades médias: vislumbrava-se a *minimização da pobreza urbana*; a garantia da capacidade gerencial e financeira do Estado em prover equipamentos e serviços urbanos; evitar a queda da produtividade das atividades econômicas; a *preservação do meio ambiente*, o avanço do projeto de integração nacional; a ocupação das fronteiras nacionais.³¹ (grifos meus)

A história de Sete Lagoas e a história urbana do sertão central não são mais do que fragmentos, *in factum*, do processo de urbanização que conduz, virtualmente, à *urbanização*

²⁷ ARANTES, 2023.

²⁸ ROSA [1956], 1976. p.129.

²⁹ LEFEBVRE [1968], 2015. p. 19.

³⁰ Migraram para Sete Lagoas indústrias de capital transnacional como a Iveco, a Ambev, a Caterpillar etc.

³¹ ANDRADE, 2001. p. vi.

completa da sociedade.³² Da cidade política à mercantil; da mercantil à industrial – a “inflexão do agrário para o urbano”,³³ que no sertão central dá-se na segunda metade do século xx –, até a zona crítica, que tem a realidade urbana como causa e razão, a qual se subordina completamente o agrário – ocorrido, ali, ainda no final daquele século –; nada de essencialmente novo tem-se nessa história, à exceção de ela se dar nas circunstâncias particulares de uma formação socioespacial sertaneja.

Essa história reafirma o conceito de dicção lefebvriana de *urbanização extensiva*³⁴, “esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais” e que avança “ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas”, como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões “velhas”, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas “ilhas de ruralidade” no interior mineiro ou paulista”.³⁵

Ao final do século xx, quando o capital avançado metropolitano ingressa no sertão central de Minas – primeiro, no campo; depois, na cidade média –, ele se torna o elemento vetorial responsável pela colonização dos espaços regionais. Esse capital impõe uma regra de dominação e dependência entre a cidade média e as cidades menores e, extensivamente, a toda a região. No curso do processo global de industrialização e urbanização, “as cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole”.³⁶ Esse é o *modus operandi* do capital global: ao expandir-se a partir da metrópole, subordinando, de forma semicolonial, os novos espaços, ele reconfigura a cidade média como uma virtual metrópole.

A sua estratégia de expansão é a replicagem: ao apropriar-se da região, ele aporta o mesmo fenômeno da implosão-explosão que cristalizou no espaço metropolitano, utilizando os mesmos mecanismos violentos promotores de desigualdade social, econômica e territorial.

³² LEFEBVRE [1970], 2004. 178p.

³³ Ibidem, p. 27.

³⁴ MONTE-MÓR, 1996. p.171

³⁵ MONTE-MÓR, 2006. pp. 15/17.

³⁶ LEFEBVRE, Op.cit. 2004, p. 17.

Em sua dinâmica urbanizadora, quando se expande lateralmente, conurbando e tumorizando o tecido em suas imediações, e quando se propaga extensivamente, ocupando todo o espaço social contemporâneo, o capital atua, metaforicamente, por *metástase*.

Nas ciências médicas, a metástase consiste no aparecimento de um foco secundário no curso da evolução de um tumor maligno ou de um processo inflamatório; ela pode se dar por contiguidade, quando a propagação ocorre por contato entre tecidos; por proximidade, por meio dos vasos linfáticos; e a distância, quando ela percorre a corrente sanguínea.

O seu emprego metafórico em fenômenos urbanos, quando se pretende ilustrar certos arranjos metropolitanos, apropria-se sempre e apenas de seu *sentido morfológico*. Um exemplo é a possível associação da metástase por contiguidade ao *fenômeno da conurbação*: a expansão do tecido metropolitano que vai tomando e fundindo a ele outros tecidos perimetropolitanos, formando um conjunto praticamente uniforme. Essa categoria é pouco relevante nesse ensaio porque não diz de interferências em regiões não metropolitanas: com efeito, não há processo em curso que remeta a uma fusão de malhas urbanas dos municípios da RMBH com os do sertão central.

Outros exemplos estão nos conceitos de *metápole* e de *cidade-região*, que saltam o tecido conurbado e prospectam outras hipóteses teóricas formalistas de arranjos metropolitanos, que podem ser associados à propagação metastática por proximidade.

Volto primeiro a Archer³⁷. Tendo em mente a metrópole parisiense, ele usa a ideia da metástase para ilustrar o funcionamento de uma rede de comunicação e transporte que permite conexões rápidas *por efeito túnel* entre pontos não contíguos. A sua ideia de *metápole* equivalente a uma “meta-metrópole” ou espaço “metropolizado”, como “aglomerações de várias centenas de milhares de habitantes, multifuncionais, fortemente integradas na economia internacional”.

³⁷ ASCHER, *Op.cit.*

Ascher lança mão dessa metáfora em um contexto restritamente metropolitano; diz ele: “a metropolização integra à metrópole porções de territórios cada vez mais remotos, não contíguos ao espaço urbano inicial, ou mesmo apenas frações da população ou das atividades desses territórios, que nós chamamos de ‘*metástases metropolitanas*’”.³⁸

Por sua vez, o conceito de *cidade-região*³⁹ é similar ao da metápole, ainda que não faça menção à ideia de metástase, no sentido da prospecção, para a fuga de capitais industriais, de centralidades periféricas não contíguas que passam a guardar com a metrópole uma relação de dependência.

Felipe Magalhães associa esse conceito à *exópolis* de Soja, a cidade polimórfica que se expande sobre suas periferias e subúrbios, e o conceito de *urbanização extensiva* de Monte-Mór. Sua perspectiva está na exploração da formação, *em torno da metrópole*, de um novo arranjo espacial. Para além da mancha conurbada metropolitana, esse arranjo envolve centralidades provedoras de serviços intermediários⁴⁰, em um raio expandido, e

atinge centralidades que escapam à chamada involução metropolitana (...) e às deseconomias de aglomeração, *saltando sobre o tecido urbano espoliado que faz parte da metrópole* e atingindo novos espaços, mais eficientes para a atividade industrial, onde o aspecto disfuncional da metrópole se faz, todavia, pouco presente. Ou seja, trata-se de um processo contemporâneo de produção do espaço urbano em que a metrópole fordista, produto da própria entrada da indústria de larga escala na cidade, passa, nas margens, a se apresentar como um custo e um empecilho para determinados setores. Porém, estes permanecem dependentes no núcleo metropolitano, e passam a se situar nos seus arredores, justamente nesses novos espaços industriais em crescimento nas áreas perimetropolitanas.⁴¹

Recuperando as reflexões críticas de Michel⁴² sobre as cidades médias francesas, nos anos 1970, essa descrição de cidade-região é aderente à sua prescrição de que, na expansão

³⁸ Ibidem, p. 276.

³⁹ MAGALHÃES, 2008.

⁴⁰ Exemplificando com o caso da metrópole de Belo Horizonte, conectando-a a Oeste, Pará de Minas, Itaúna, Divinópolis e Cláudio; a Sul, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Ouro Preto e Mariana; a Sudeste, Ponte Nova; a Leste, Itabira, João Monlevade e o Vale do Aço; e, finalmente, a Norte, apenas Sete Lagoas.

⁴¹ MAGALHÃES, *Op.cit.* 2008, p.11.

⁴² MICHEL, 1977. Pp.647/685.

territorial do capital, “as primeiras cidades médias a serem incluídas no sistema são as mais próximas ao hub do motor”, o que tem em Sete Lagoas, no amanhecer do século XXI, um exemplo típico.

Essa exploração da figura da metástase *em sentido morfológico* é útil na modelagem de sistemas urbanos metropolitanos, mas encontra algumas limitações objetivas. A primeira, é que foge ao seu escopo formal avaliar impactos qualitativos da ocorrência desses sistemas; e a segunda, que nem sempre é possível reduzir a um arranjo formal metástases que transpõem o espaço metropolitano e perimetropolitano e adentram regiões não metropolitanas – ou seja, propagações que não são nem por contato, nem por proximidade, mas à distância.

Nesses casos, o vetor propagador não se expressa necessariamente por fragmentos do tecido urbano – enquanto “manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” em que “uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano”⁴³ –, mas, numa visão de urbanização não formalista, só é reconhecível pelo rastro de degradação deixado pelo capital monopolista. Essa outra exploração só é possível quando se resgata o *caráter patológico* da metástase.

Volto à ciência médica para lembrar que apenas células doentes, tomadas por neoplasias ou infecções, produzem metástase e essa reprodução celular carrega consigo, inexoravelmente, características fisiológicas, morfológicas e histológicas idênticas às da célula de origem e replica os mesmos comportamentos destrutivos. Essa é a natureza central dessa analogia que eu aplico a fenômenos urbanos.

Observe-se o caso da metástase por proximidade: *morfologicamente*, ela apenas esquematiza uma metápole ou uma cidade-região que lança seus tentáculos até Sete Lagoas por meio de um eixo viário estruturante (BR-040) e um eixo viário secundário (MG-424), expressando certa racionalidade na busca da descentralização e do equilíbrio do sistema metropolitano, ao

⁴³ LEFEBVRE, *Op.cit.*, 2004, p.17.

prospectar “novos espaços, mais eficientes para a atividade industrial”⁴⁴. Ora, se há efetivamente uma racionalidade, ela é estritamente econômica e não pode ser disfarçada como uma racionalidade urbana. É isso que a *perspectiva patológica* da metáfora da metástase descortina.

Ainda nessa lógica da cidade-região, a apropriação de Sete Lagoas como destino do capital globalizado, no final do novecentos, gera um impacto progressivo sobre a sua malha urbana, que é revelador: nos anos 1960, essa malha é compacta e coesa, sem fragmentação relevante; vinte anos de industrialização pelo setor guseiro geram um adensamento visível dessa malha, mas ainda dentro de um padrão coesivo; já nos anos 1990, quando a cidade se consolida como cidade média e inicia o seu processo de diversificação econômica, com ingresso de capital transnacional, aí sim, tem-se um adensamento da periferia e a dispersão de fragmentos. Ou seja, a cidade média passa a reproduzir de maneira idêntica o efeito implosão/explosão metropolitano

A partir de então, a globalização altera substantivamente a organização urbana. Sobram exemplos: o novo Distrito Industrial implantado determina um novo vetor de crescimento, desintegrado dos fluxos urbanos pré-existent; ele não se interpõe como uma nova centralidade, mas como um eixo de dispersão e fragmentação. Na mesma linha dispersiva, os empreendimentos habitacionais para baixa renda, financiados com recursos públicos, ignoram o direito à cidade e buscam bordas rurais da zona urbana; os vazios urbanos permanecem como estoque especulativo privado de terra urbanizada; e, para além dos limites edificados, a cidade avança sobre o campo através de uma modalidade irregular de condomínio fechado, o *chacreamento*⁴⁵, que se pulverizara, nos anos 2000, com licenciamento baseado em legislação agrária, a despeito de sua real finalidade. O resultado é a excessiva

⁴⁴ A propósito, não sem razão, os primeiros estudos sobre cidades médias, na França, nos anos 1960, orientados para a descentralização urbana e econômica, nomeava as cidades polo como *métropole d'équilibre*.

⁴⁵ Os chacreamentos antecedem, em uma década, os condomínios fechados urbanos e periurbanos que, como mencionado, proliferam em Sete Lagoas e no seu entorno, a partir do final dos anos 2000. A diferença básica entre uma modalidade e outra é dada pelo aspecto legal que repercute na sua natureza urbanística: os condomínios urbanos e periurbanos obedecem a legislação urbana e, assim, à Lei 6.766; os chacreamentos são licenciados pelo Incra, com base no módulo mínimo rural.

horizontalidade do tecido urbano, a redução da economicidade de redes de serviços públicos, a ocupação de áreas ambientalmente frágeis e o agravamento dos problemas de mobilidade e de apartheid social.

Esse processo de expansão urbana escapa inteiramente à capacidade reguladora do poder público. Sete Lagoas tem uma tradição de planos diretores anterior à obrigatoriedade estabelecida pelo Estatuto das Cidades; no entanto, estudo comparativo entre mapas prescritivos do desenvolvimento da malha urbana, constantes desses planos, e imagens cronologicamente ajustadas do crescimento real da cidade mostra uma discrepância entre coisa e outra, por clara desobediência do capital especulativo e da própria municipalidade, na concessão de benefícios às exigências corporativas.

Esse caráter patológico da metástase ganha ainda maior relevo, quando se afasta do interesse de mapear arranjos de natureza *metropolícêntrica* e se explora a sua contaminação à distância. Nessa dimensão é que a pesquisa demonstra a não linearidade da metropolização, o seu convívio com uma ordem multivetorial e a sua amplitude regional, não direcionada apenas a uma ou outra aglomeração urbana.

Faço uma síntese: do boi ao tear, até o gusa e o carvão, tem-se uma sucessão de camadas de colonização e urbanização do sertão central, em que as condições gerais de produção capitalista são crescentemente estabelecidas por agentes locais, expressando uma divisão territorial do trabalho essencialmente desigual. A metropolização superpõe uma série de outras camadas que se misturam às anteriores: em uma, as forças da metrópole são brandas e relacionadas apenas à difusão imaterial de uma ordem urbana (com a instauração do meio técnico conduzido pelos trilhos da ferrovia que ajudam a quebrar a inércia estrutural da vida agrária regional ou, décadas depois, com a abertura das BR-040 e 135, que ampliam os canais de interiorização); em outra, com um caráter mais disruptivo, essas forças se associam aos capitais regionais na oligopolização do campo, gerando exclusão, êxodo e crescimento urbano; em uma mais, o capital monopolista apropria-se da principal aglomeração regional, já com escala superior de urbanização e condições gerais de produção industrial

estabelecidas. Ora, nesse contexto complexo, não se pode dizer, como na montagem hipotética da cidade-região, que a metropolização alcança apenas determinada aglomeração, pontualmente, como a cidade média de Sete Lagoas, senão que, mais e antes, ela impacta e direciona, a seu critério, todo o ambiente regional, urbano e rural.

Essa multivetorialidade de forças urbanizadoras pode ser tomado como um vestígio do que Lefebvre⁴⁶ chama de “revolução urbana”; e as ações dessa revolução, segundo ele, não são essencialmente violentas, nem deixam de sê-lo; nem racionais, nem deixam de sê-lo. Com base na pesquisa desenvolvida, no entanto, pode-se dizer que há sim racionalidade nesse processo, mas, sobretudo, há violência.

Por um lado, todo esse processo se desenrola, no período de urbanização intensa pós-1960, à margem de uma racionalidade pública. A racionalidade que organiza o trabalho no campo e nas cidades é apenas a do capital agrário e industrial, que se move em direção a um nível ótimo de divisão territorial do trabalho, do ponto de vista exclusivo da sua circulação, produção e reprodução. As intervenções públicas, mesmo quando inseridas em projetos modernizantes – como os da integração ferroviária, do *rodoviarismo* e da pesquisa agropecuária –, são apropriadas pelo capital e postas ao seu serviço.

Por outro lado, a ocorrência de violência é própria das transformações promovidas pelas metástases capitalistas: *no mundo rural*, a subtração da terra do agricultor pobre, a proletarianização do trabalhador rural, o aniquilamento das culturas produtivas tradicionais, o emprego de trabalho análogo ao escravo e do trabalho infantil, a compactação do ambiente laboral do homem e da mulher do campo e a imposição de sua migração para as periferias das cidades, como condição de sobrevivência, são manifestações dessa violência; *no mundo urbano*, o recrudescimento da periferização, o baixo padrão de urbanização periférica, a desocupação e a subalternidade produtivas, a desvalorização salarial por excesso de braços de trabalho reservados e a falta de acesso a moradia e a serviços públicos não são formas

⁴⁶ LEFEBVRE, Op.cit., 2004.

menos violentas de exclusão. Ou seja, se historicamente os capitais locais já contém em si um gene violento, desde a escravidão até o servilismo que se arrasta pelo século XX, os novos capitais metropolitanos atualizam-na, impondo uma urbanização que traz consigo, como metástase, a mesma índole excludente da metrópole.

A utopia da descentralização regional e da cidade média, comum na literatura, como o oásis onde o capitalismo se reinventaria e produziria o que jamais produziu, a tentativa de isolar Sete Lagoas do sertão e conferir-lhe características ficcionais, como um *balneário industrial*⁴⁷, não sobrevivem à realidade. A eventual *oferta de melhor qualidade de vida*, para usar uma expressão habitual, resume-se a uma narrativa atrativa da elite como pretexto para exploração econômica. Aspectos alardeados dessas cidades como melhor condição de preservação ambiental, nível mais elevado de preservação do patrimônio cultural, maior capacidade de minimização da pobreza urbana, maior propensão a que sejam cidades sustentáveis, locais de refúgio de paz e serenidade consistem em atributos do tempo anterior ao ingresso do capital monopolista. Como uma metástase, esse capital traz da metrópole, a memória atávica, não de como preservar esses ativos, mas de como subordiná-los a processos especulativos, sob o risco mesmo de sua destruição. Ou seja, esses ativos *sadios* não podem ser postos como imanentes às cidades médias *ad aeternum*; mas imanentes a espaços — como as cidades médias um dia foram — ainda não conflagrados ostensivamente pela ação metastática do capital.

⁴⁷ Balneário industrial é o título de matéria da revista Veja sobre Sete Lagoas, listada entre as 20 cidades médias brasileiras “aonde o futuro já chegou”. A descrição tem um caráter caricatural, estereotipado e folclórico que, em linhas gerais, apresenta a cidade como um local de casas de veraneio, a beira de lagos, onde se tem um consumo de alto padrão (REVISTA VEJA, 2010).

V

*e então a terra
e as pessoas dessa terra:
os tecelões de Usak, com seus teares de tapetes,
os seleiros de Manisa,
famosos por suas selas com fios de ouro,
os esfomeados na beira das estradas e nas estações,
e os espertos
intrépidos
sérios e galanteadores
jovens operários
de Izmir e Istambul,
e os comerciantes de grãos e os especialistas em pesagem
e os figurões das cidades,
e os nômades Yürük, de Aydin, com suas tendas de pele de cabra
e os bois frias,
os meeiros,
os trabalhadores de subsistência,
e os camponeses das aldeias,
com ou sem rebanhos,
em suas botas de couro de ovelha
e sandálias de couro cru.
Quinze províncias e seus estandartes
E nove cidades grandes
Estavam em mãos inimigas...⁴⁸*

Ao fim e ao cabo, o que a metástase do capital moderno e global instaura no contexto não metropolitano, em replicagem à metrópole, na cidade e no campo, é uma racionalidade burocrática que determina um tipo de organização social marcado pela alienação da vida cotidiana, a reificação das necessidades individuais e coletivas e a sacralização da mercadoria e do consumo, próprio da *sociedade burocrática de consumo dirigido*.⁴⁹ Essa sociedade representa uma ruptura abrupta, brutal e colonizadora com a tradição cultural regional.

⁴⁸ HIKMET, 2015.

⁴⁹ LEFEBVRE [1968], 1991. 216p.

Diante dessa realidade e para transformá-la, é inescapável reconhecer os estreitos limites do urbanismo clássico e da visão tecnicista do ordenamento das cidades, tomadas sempre isoladamente e desconectadas da região que as conforma. Assim, é também inescapável promover uma ampliação escalar e admitir a urgência da reinterpretação do território regional em suas dimensões política e ideológica.

De um lado, isso requer a explicitação radical das contradições históricas da realidade social; requer desnudar narrativas elitistas insidiosas que naturalizam a violência que subsiste no seu padrão de desigualdade; em termos benjaminianos, requer “escovar a história a contrapelo”, revolver e revelar o amontoado de escombros sobre o qual está erigido o presente⁵⁰. No sertão central, por exemplo, requer denunciar que os corpos jovens, uniformizados, que hoje transitam no ambiente robótico e asséptico das montadoras multinacionais, na cidade média, não são filhos virtuosos da nova economia, como se propaga de forma pífida, mas filhos dos corpos seminus, de homens, mulheres e crianças, cobertos de fuligem, que ontem manejavam os fornos rabo-quente, no ambiente insalubre das carvoarias, em pleno sertão.

De outro lado, requer, o comprometimento do planejamento territorial – não apenas urbano, mas regional – com uma nova práxis social e regional que tenha como princípio o resgate da subjetividade e do protagonismo das pessoas comuns, da criatividade do trabalho e da prática cotidiana, da legitimidade do espírito de insurgência e do direito à participação democrática autônoma, livre e direta na garantia do direito à terra, ao território e à multiplicidade de modos de vida que lhe são próprios, na cidade, no sertão.

⁵⁰ Ver citações de Walter Benjamin nas teses XVI, IX e VII em: Löwy, 2005. pp. 128/87/ 70

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARANTES, Paulo. **Mesmo sem projeto, Lula terá sucesso se frear extrema direita, diz Paulo Arantes**. Entrevista concedida a Eduardo Sombini. Ilustríssima Conversa, Folha de São Paulo, on-line. São Paulo, 11/03/2023. Tempo: 16:30/17:02.

ASCHER, François. **Métapolis ou L'Avenir des Villes**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.

CORAGGIO, José Luis. **Sobre la espacialidad social y el concepto de región**. Centro de Estudios Económicos y Demográficos, El Colegio de México, 1979.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** [1902]. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2** [1980]. Vol.1. 2ª.Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

HIKMET, Nâzim. **Paisagens humanas do meu país**. Tradução Marco Syrayama de Pinto. 1ª.Ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno** [1968]. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática SA, 1991.

_____. **A revolução urbana** [1970]. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade** [1968]. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos** (1955). Tradução Rosa Freire d'Aguilar. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, Felipe N.C. **Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano**. Dissertação de Mestrado. Or. Geraldo Magela Costa. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MARTINS, Roberto Borges. **Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: ICAM: ABPHE, 2018.

MICHEL, Michel. Ville moyenne, vile-moyen. **Annales de Géographie**, n.478, LXXXVI année, Paris, 1977.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) [1994]. **Território: globalização e fragmentação**. 3ª.Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, pp. 9/18, jul./dez.2006. pp. 15/17.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Hélio Carlos M.; SOARES, Beatriz R. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos da Geografia** (Online), Uberlândia, vol.15, n.52, pp. 119/133, dez/2014.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia** [1942]. 1ª.Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 449p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REVISTA VEJA. **A força das cidades médias**. São Paulo: Editora Abril, edição 2180, ano 43, n.35, pp. 75/132, 01/09/2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas** [1956]. 11ª.Ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora J. Olympio, 1976.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina** [1906]. Organização de José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** [1996]. 4ª.Ed. 9ª. reimp. São Paulo: EDUSP, 2017.

SHANE, David Grahame. **Recombinant Urbanism: conceptual modeling in Architecture, Urban Design and City Theory**. London-Uk: Wiley-Academy, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957.

SOJA, Edward W. [2000]. **Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de sueños, 2008.